



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº: 45/2024/PJM/Belo Vale

**Assunto/Referência: Resposta ao Comunicado 003/2024 – Solicitação
Complementar de Informações e Documentos**

Belo Vale, 17 de maio de 2024.

Prezado Senhor Paulo Mercadante

Coordenador da Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – CFOSE,
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Em reposta ao Ofício de nº 5280/DFME/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o Município de Belo Vale vem, por meio deste, evidenciar as informações e documentos relacionados a obra Emergencial de Contenção a margem direita do Rio Paraopeba e desobstrução, que se seguem conforme comunicado nº 003/2024 – Solicitação complementar de informações e documentos:

- 1. Contrato firmado entre a empresa Objetiva e a Prefeitura Municipal de Belo Vale para elaboração de projetos e fiscalização de obras de engenharia no município;*
- 2. Informar qual é o agente da Prefeitura de Belo Vale responsável por acompanhar e validar os serviços prestados pela Objetiva;*
- 3. Informar em qual local estava posicionado o antigo muro de contenção e se ele foi executado pela prefeitura ou por entidade privada;*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE

ESTADO DE MINAS GERAIS

4. *Planta cadastral contendo a demarcação e os nomes dos proprietários dos terrenos localizados na divisa na obra, na margem do Rio Paraopeba. Indicar, também, a localização do muro construído;*
5. *Informar quais foram as providências administrativas tomadas pela Prefeitura Municipal de Belo Vale para garantir a correta e completa entrega do objeto contratado, considerando que foi prestada a seguinte informação pela empresa Objetiva a respeito do Termo Definitivo de Obras: "Portanto, reitera-se que não há Termo Definitivo de Recebimento de Obra, tendo em vista que o objeto do contrato não foi executado conforme contratado e que faltam informações solicitadas pela empresa responsável pela fiscalização da obra." Houve instauração de processo administrativo? Caso afirmativo, apresentar.*
6. *Documentação que comprove a realização de reparos pela Painera após a entrega provisória da obra, incluindo registro fotográfico e informando quais serviços foram executados. Informar se houve pagamento pelos reparos realizados;*
7. *Existe algum plano de manutenção da cortina atirantada? Com qual frequência? Caso afirmativo, apresentar.*
8. *Existe algum plano de limpeza da parte obstruída do Rio Paraopeba? Com qual frequência? Caso afirmativo, apresentar.*
9. *Informar quais são os serviços do objeto que não "foram executados conforme contratado", vinculando-os aos*



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE

ESTADO DE MINAS GERAIS

itens da planilha orçamentária, como foi informando pela empresa Objetiva.

10. Informar por qual motivo não foi emitido o Termo de Recebimento Definitivo de Obras.

11. Há necessidade, perspectivas, projetos ou estudos em andamento com o objetivo de ampliar a extensão do muro de contenção? Caso afirmativo, apresentar.

12. Sendo positiva a resposta ao item anterior (11), o que embasou tecnicamente a execução apenas da extensão atual em um primeiro momento.

1. O contrato firmado entre a empresa Objetiva e a Prefeitura Municipal de Belo Vale, segue em anexo a este documento;

2. Responsável para acompanhamento e validação dos serviços prestados pela empresa Objetiva Projetos & Serviços: Walter Luiz Queiroz Torres, Secretário Adjunto de Obras;

3. Segue em anexo a este documento a planta cadastral onde delimita o antigo muro de contenção, o mesmo foi executado por entidade privada;

4. Segue a este documento a planta cadastral com todas as informações solicitadas;

5. Em resposta ao item 5, a Prefeitura de Belo Vale informa que o Termo Provisório de Recebimento da Obra do muro de contenção às margens do Rio Paraopeba foi concedido em 28 de setembro de 2022. Seguindo o protocolo, deveria ser emitido o Termo Definitivo de Recebimento da Obra,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE

ESTADO DE MINAS GERAIS

após 90 dias. No entanto, durante uma inspeção in loco, foi constatado que o serviço relacionado ao Colchão Reno, na base do muro de contenção da margem direita do Rio Paraopeba, sofreu danos que comprometeram sua integridade, devido ao rompimento das amarras que o conectavam ao muro. A fiscalização solicitou medidas urgentes, via e-mail, para reparar o colchão deslocado, reforçá-lo e realizar o reparo final da canaleta atrás do muro, o que foi prontamente atendido pela empresa responsável pela execução da obra.

É evidente que o objeto do contrato foi inicialmente executado conforme contratado, entretanto o objeto se perdeu ante à verificação de avarias referentes ao Colchão de Reno. Assim, diante das avarias, após comunicação formal da contratante, se fez necessário o planejamento e execução de uma nova solução.

A Prefeitura de Belo Vale esclarece que não foi iniciado um Processo Administrativo, pois o objeto do contrato foi entregue conforme o combinado e quaisquer danos posteriores foram prontamente corrigidos pela empresa executora da obra, sem custo adicional para a administração pública, evitando assim prejuízos ao erário.

6. Reparos Paineira:

- Desentupimento da rede de esgoto das edificações paralelas ao muro, ante ao embuchamento de material na tubulação, verificadas in loco pela fiscalização da prefeitura, porém não foram evidenciadas em fotos, tendo em vista que não faz parte do escopo do projeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Intervenções e reparos nas erosões próximas a canaletas do muro e colchão reno, sendo realizadas no dia 17/08/2023, relatório dos serviços reparados pela Paineira, em anexo.

- Não houve pagamento de serviços de reparos a empresa Paineira.

7. Sim, inspeção visual regular (verificação de fissuras, prumo do muro), caso alguma patologia seja detectada será acionada a empresa executora para as devidas correções, uma vez que a obra se encontra em garantia.

8. Sim, inspeção visual regular, verificando a necessidade de limpeza, a prefeitura fara a desobstrução.

9. Demolição parcial dos blocos de concreto da ponte foram executados, conforme relatório em anexo.

10. A Prefeitura de Belo Vale justifica e reitera que não há Termo Definitivo de Recebimento de Obra, tendo em vista que o objeto executado do contrato foi perdido e substituído por uma nova solução, diante de eventuais avarias. O art. 69, da Lei 8.666/93, estabelece que:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Assim, diante da exigência estabelecida no art. 69 da Lei 8.666/93, verifica-se que o contratado reparou e corrigiu o fortuito do Colchão de Reno, apresentando e executando uma nova solução. Entretanto, para que seja possível a verificação da funcionalidade da solução apresentada, se faz necessário que esta seja testada. **Portanto, a Prefeitura de Belo Vale manifesta a necessidade de aguardar demais períodos chuvosos para a apuração da qualidade e funcionalidade dos serviços executados pela contratada, para que não ocorra nenhum dano e/ou prejuízo ao erário.**

Nesse sentido, diante das pendências dessa apuração, não há que se falar em Termo Definitivo de Recebimento de Obras. O referido Termo será entregue assim que comprovada que a solução apresentada pela contratada cumpre todos os seus objetivos.

11. Sim, é necessário a ampliação da extensão do muro, inclusive, o projeto está em elaboração, pois o método executivo deverá ser avaliado ante a complexibilidade das ações junto à população ribeirinha nas margens direita do rio Paraopeba que inclui e não se limitam a desapropriação de imóveis, acesso ao local da intervenção, tanto pela água quanto pela terra, por estes motivos .

12. Dessa forma, ligado ao item 11, o item 12 indaga o que embasou tecnicamente a execução apenas da extensão atual em um primeiro momento. Entende-se que a ampliação da extensão do muro configura uma obra mais complexa, implicando, inclusive, na necessidade de desapropriação, fator que não era necessário na extensão atual do muro que foi executado. Além disso, deve-se levar em consideração a proteção da cabeceira da ponte/viaduto, e demais questões de ordem técnica que facilitavam a execução e, ao mesmo tempo, tornavam aquele local urgente. Assim, verifica-se que, diante da necessidade de desapropriação e da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE
ESTADO DE MINAS GERAIS

proteção da ponte/viaduto, a ampliação da extensão do muro demanda maiores cuidados e estudos complementares, para que a obra seja executada com esmero.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Adailton Geraldo dos Santos
Procurador Geral Municipal
OAB/MG 165.627